



Câmara Municipal

Reunião pública do Executivo Municipal, a realizar no dia 17 de novembro de 2025, pelas 14h30

ORDEM DO DIA

- **BALANCETE**
- **TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA APLICAÇÃO NO ANO 2026**
- **TAXA DE DERRAMA PARA APLICAÇÃO NO ANO 2026**
- **TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA OS RENDIMENTOS DE 2026**
- **TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO 2026**
- **AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS PLURIANUAIS NO ANO ECONÓMICO DE 2026 – DELEGAÇÃO NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- **ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO NO ANO DE 2026 AOS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS E AO COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL**
- **DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS**
- **DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE**
- **DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**
- **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE**
- **DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO**
- **DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL**
- **DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA**

Tomar, 12 de novembro de 2025

O Presidente da Câmara Municipal

Tiago Carrão
Tiago Carrão



Câmara Municipal

Ordem do Dia

Data: 2025-11-17

Início: 14h30

Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho

N.º 01 – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS PLURIANUAIS NO ANO ECONÓMICO DE 2026 – DELEGAÇÃO NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (358/PGEN/DF/2025 - 1/CPUB/DF/2016)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta a apresentar à Assembleia Municipal visando a delegação da competência que detém para autorizar compromissos plurianuais, no decurso do ano económico de 2026, nos termos e fundamentos das informações n.º 2330/2025 e n.º 2342/2025 da Divisão Financeira.

Proposta de Deliberação: aprovar a proposta a solicitar à Assembleia Municipal delegue no Presidente da Câmara Municipal a competência para autorizar compromissos plurianuais, até ao limite de despesa de 500.000,00€, no decurso do ano económico de 2026, conforme estabelece e autoriza o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 3 do mesmo artigo, nas seguintes condições:

- a) Os seus encargos não excedam o limite previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 21 de fevereiro, ou seja, 500.000,00€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação;
- b) O prazo de execução não ultrapasse os três anos;
- c) Sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, bem como os demais requisitos legais de execução de despesa;
- d) Seja prestada informação escrita, em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal, sobre os compromissos assumidos ao abrigo da delegação de competências que venha a ser concedida, nos termos e fundamentos das referidas informações, e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

N.º 02 – TAXA DE DERRAMA PARA APLICAÇÃO NO ANO 2026 (347/PGEN/DF/2025)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de lançamento de derrama para o ano de 2025, a cobrar em 2026, nos termos e fundamentos das informações n.º 2318/2025 e n.º 2346/2025 da Divisão Financeira.

Proposta de Deliberação: aprovar a proposta de lançamento de derrama para o ano de 2025, a cobrar em 2026, de 1,5% para empresas com volume de negócios que ultrapasse os €150.000,00, isentando as empresas cujo volume de negócios não ultrapasse os €150.000,00, nos termos e fundamentos das referidas informações, e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.



N.º 03 – TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA APLICAÇÃO NO ANO 2026 (345/PGEN/DF/2025)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar em 2026, nos termos e fundamentos das informações n.º 2314/2025 e n.º 2331/2025 da Divisão Financeira.

Proposta de Deliberação: aprovar a proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar em 2026, de 0,34% de acordo com os n.ºs 1 e 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), com os seguintes benefícios:

- a) Benefício fiscal a aplicar ao prédio ou parte de prédio destinado à habitação própria e permanente para agregados familiares com dependentes a seu cargo, nos termos do artigo 112.º-A do referido CIMI;
- b) Redução da taxa de IMI de 15%, para prédios urbanos com eficiência energética, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais e Projetos de interesse para o Município de Tomar;
- c) Redução da taxa de IMI de 50% para as associações do concelho, nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do referido Regulamento; nos termos e fundamentos das referidas informações, e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

N.º 04 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA OS RENDIMENTOS DE 2026 (348/PGEN/DF/2025)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de fixação da taxa variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, a aplicar aos rendimentos do ano de 2026, nos termos e fundamentos das informações n.º 2319/2025 e n.º 2345/2025 da Divisão Financeira.

Proposta de Deliberação: aprovar a proposta de fixação em 5% da taxa de participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para o ano de 2026, nos termos e fundamentos das referidas informações, e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.



Câmara Municipal

N.º 05 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO 2026 (349/PGEN/DF/2025)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no ano 2026, nos termos e fundamentos das informações n.º 2320/2025 e n.º 2344/2025 da Divisão Financeira.

Proposta de Deliberação: aprovar a proposta de aplicação da taxa municipal de direitos de passagem no ano de 2026, e respetiva fixação em 0,25%, nos termos e fundamentos das informações referidas, e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

N.º 06 – ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO NO ANO DE 2026 AOS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAU E AO COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL (1/PPRC/URH/2025)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta para atribuição de despesas de representação no ano de 2026, aos titulares dos cargos de direção intermédia de primeiro e segundo grau da Câmara Municipal, e ao Coordenador Municipal de Proteção Civil, nos respetivos termos e fundamentos.

Proposta de Deliberação: aprovar a proposta e submetê-la ao órgão deliberativo ao abrigo do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:

N.º 07 – CAMPANHA A FAVOR DO BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME DE ABRANTES (5591/ENTE/DAJA/2025 - 12/PROJPAR/DEAS/2013)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência de viatura e motorista, nos dias 29 e 30 de novembro, para transporte de alimentos recolhidos nas superfícies comerciais de Tomar no âmbito da Campanha a favor do Banco Alimentar contra a Fome de Abrantes, nos termos e fundamentos das informações n.º 1546/2025 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente, e n.º 9906/2025 do Departamento de Obras Municipais.

Proposta de Deliberação: ceder o transporte nos termos propostos, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.



DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:

N.º 08 – CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A ESTABELECEER COM A ASSOCIAÇÃO E NATACÃO DO DISTRITO DE SANTARÉM (5/PPRC/DADJ/2025)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do Contrato-Programa a estabelecer com a Associação de Natacão do Distrito de Santarém, para realização do Campeonato Nacional de Clubes da 2.ª e 3.ª Divisão, nos dias 29 e 30 de novembro, e 1 de dezembro, nas piscinas do Complexo Desportivo Municipal de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 1750/2025 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude.

Proposta de Deliberação: aprovar a minuta do Contrato-Programa nos seus exatos termos.

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

N.º 09 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Portal Rumo - Sociedade de Mediação Imobiliária, SA (80/PUBO/DAJA/2025- 1/PUBLI/DAJA/2025)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à Portal Rumo - Sociedade de Mediação Imobiliária, nos dias 12 e 17 de novembro, nos termos e fundamentos da informação n.º 4377/DAJA/2025.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1541/DAJA/2025, de 5 de novembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 10 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Serra (78/PUBO/DAJA/2025- 1/PUBLI/DAJA/2025)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva ao evento Mata Off Road, no período de 6 a 15 de novembro, nos termos e fundamentos da informação n.º 4376/DAJA/2025.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1540/DAJA/2025, de 5 de novembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 11 – XI WOODSTOCK DO CALOIRO – isenção de taxas (310/AGEN/DAJA/2025 - 2/DIVER/DAJA/2025)

Proposta de Deliberação do Vereador Hélder Henriques submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à realização do evento XI Woodstock do Caloiro, no dia 8 de outubro, conforme requerido pela Associação Cultural da Tuna Templária do Instituto Politécnico de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 3958/DAJA/2025.

Proposta de Deliberação: isentar as taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.



Câmara Municipal



N.º 12 – DESFILE DO CALOIRO – isenção de taxas (5919/ENTE/DAJA/2025 - 2/DIVER/DAJA/2025)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à realização do evento XI Woodstock do Caloiro, no dia 12 de novembro, conforme requerido pela União Associativa de Estudantes do Instituto Politécnico de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 4466/DAJA/2025.

Proposta de Deliberação: isentar as taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:

N.º 13 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESPECIAIS A CRIANÇAS PROVENIENTES DE FAMÍLIAS CARENCIADAS – ANO LETIVO 2025/2026 – JARDINS DE INFÂNCIA (1.ª FASE) (24/ESPP/DEISA/2025 - 1/ADESC/DEISA/2024)

Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet submetendo a apreciação do Executivo Municipal o resultado da análise das candidaturas a subsídio especial para crianças carenciadas dos jardins de infância, no ano letivo 2025/2026, de acordo com o n.º 4 do artigo 19.º do regulamento interno para a ação social escolar, envolvendo a atribuição de subsídios de refeição e de ATL, no valor estimado de 39.212,94€ (trinta e nove mil, duzentos e doze euros e noventa e quatro centimos), nos termos e fundamentos das informações n.ºs 1547/2025 e 1595/2025 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente.

Proposta de Deliberação: atribuir no ano letivo 2025/2026 os subsídios propostos nas informações n.ºs 1547/2025 e 1595/2025 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente, nos termos e fundamentos nelas apresentados.

N.º 14 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS – ANO LETIVO 2025/2026 - 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO (2.ª FASE) (23/ESPP/DEISA/2025 - 1/ADESC/DEISA/2024)

Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet submetendo a apreciação do Executivo Municipal o resultado da análise das candidaturas apresentadas na segunda fase de candidatura a auxílios económicos a alunos do primeiro ciclo do ensino básico, de acordo com o n.º 7 do artigo 19.º do regulamento interno para a ação social escolar, envolvendo a atribuição de apoios, no valor estimado de 5.504,00€ (cinco mil, quinhentos e quatro euros), nos termos e fundamentos das informações n.ºs 1526/2025 e 1582/2025 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente.

Proposta de Deliberação: atribuir no ano letivo 2025/2026 os auxílios económicos propostos nas informações n.ºs 1526/2025 e 1582/2025 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente, nos termos e fundamentos nelas apresentados.



Câmara Municipal



DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:

N.º 15 – EMISSÃO DE PARECER RELATIVO À TRANSFERÊNCIA DE LOCALIZAÇÃO DA FARMÁCIA CENTRAL – Maria Júlio Simões Roque, Unipessoal Limitada (86/EPAR/DGT/2025 - 833/DIVER/DGT/2025)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo ao Executivo Municipal a aprovação do parecer relativo à transferência de localização da Farmácia Central, atualmente localizada na Rua da Cascalheira, n.º 3A, para a Rua João dos Santos Simões, n.º 25, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, conforme requerido por Maria Júlio Simões Roque, Unipessoal Limitada.

Proposta de Deliberação: emitir parecer nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 307/2007 de 31 de agosto, na sua atual redação.

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:

N.º 16 – DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL – atividade operacional no ano de 2025 (1259/PGEN/DPC/2025)

Proposta do Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal informação relativa à atividade operacional da Divisão de Proteção Civil no mês de outubro.

Proposta: tomar conhecimento.

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:

N.º 17 – DOAÇÃO DE CAIXAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS – COLEÇÃO VISITÁVEL (5036/ENTE/DAJA/2025 - 15/ESPEQ/DTCM/2013)

Proposta de Deliberação da Vereadora Filipa Fernandes referente à informação n.º 1085/2025 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação de caixas de fósforos que o casal Castelo-Branco, recentemente falecidos, representados pelo seu testamenteiro, Vítor Serrão, pretende doar ao Museu dos Fósforos - coleção visitável, cujo valor se desconhece.

Proposta de Deliberação: aceitar a doação, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 18 – DOAÇÃO DE CAIXAS E CARTEIRAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS – COLEÇÃO VISITÁVEL (197/PGEN/DTC/2025 - 9/ESPEQ/DTC/2014)

Proposta de Deliberação da Vereadora Filipa Fernandes referente à informação n.º 1121/2025 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação de caixas e carteiras de fósforos que Maria João Tavares pretende doar ao Museu dos Fósforos - coleção visitável, cujo valor se desconhece.

Proposta de Deliberação: aceitar a doação, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.